

Excelentíssimo Senhor Presidente do Instituto dos Advogados Brasileiros

## PROPOSTA DE INDICAÇÃO

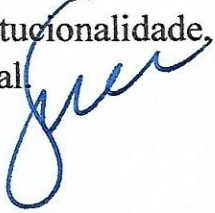
**Ementa:** Tratado Internacional. Constitucionalidade ou não de denúncia por Decreto do Presidente da República sem prévia aprovação do Congresso Nacional. ADI em julgamento no STF, que discute a constitucionalidade do Decreto 2.100 de 1996, o qual denunciou a Convenção 158 da OIT, que havia sido aprovada pelo Congresso Nacional, ratificada e promulgada.

**Palavras-chave:** tratado internacional, OIT, ADI, STF, Convenção 158, denúncia.

Senhor Presidente,

Desde 1996 o Supremo Tribunal Federal debruça-se sobre questão de Direito Internacional da mais alta relevância, suscitada pela CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura) e pela CUT (Central Única dos Trabalhadores), através da ADI 1.625. A referida questão trata da constitucionalidade ou não do Decreto do Presidente da República de nº 2.100, de 1996, que denunciou a Convenção 158 da OIT (Organização Internacional do Trabalho). A Convenção proíbe a demissão do empregado sem causa e instaura uma série de procedimentos a serem cumpridos para que uma empresa consiga encerrar o vínculo empregatício. Na prática, segundo representantes dos empregadores, o Acordo Internacional confere uma quase estabilidade dos trabalhadores no setor privado.

A Convenção 158 da OIT, um tratado internacional, foi assinada pelo Governo Brasileiro; mereceu a aprovação do Congresso Nacional, mediante o Decreto Legislativo 68/1992; foi ratificado, e promulgado pelo Presidente da República em 1996, através do Decreto 1.855. A partir da data da promulgação, a Convenção passou a integrar o direito positivo brasileiro como cláusula pétrea da Constituição da República, de acordo com alguns juristas de renome, entre eles, Arnaldo Sussekind, passando a integrar o chamado bloco de constitucionalidade, por força do parágrafo 2º, do artigo 5º da Constituição Federal.



Tendo em vista o clamor da classe empresarial, o Presidente da República denunciou o tratado monocraticamente, por intermédio do Decreto 2.100, de 1996, com base em precedentes que remontam a parecer de Clóvis Beviláqua de 1929.

Até agora, vários ministros da Suprema Corte já votaram, sendo que a maioria tende pela inconstitucionalidade do decreto presidencial 2100/96.

Posto isto, parece-me pertinente que o Instituto se pronuncie sobre o assunto, que deverá, se a pertinência do tema for aprovada pelo plenário desta Casa, ser examinado pelas Comissões de Direito Constitucional, Internacional e do Trabalho.

Solicito, portanto, que V. Exa. submeta a presente indicação ao plenário para a apreciação da pertinência.

Rio de Janeiro, 5 de agosto de 2022

  
CARLOS JORGE SAMPAIO COSTA  
OAB/RJ 15.858